



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para Debater os Avanços do Reconhecimento do Casamento Civil e União Estáveis entre Pessoas do Mesmo Sexo pelo STF.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de audiência pública para Debater os Avanços do Reconhecimento do Casamento Civil e União Estáveis entre Pessoas do Mesmo Sexo pelo STF. Para debater o tema, solicitamos que sejam convidados/as:

- I) Conselho Nacional de Justiça;
- II) Instituto Brasileiro de Direito de Família;
- III) Maria Berenice Dias, advogada e ex-magistrada, desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;
- IV) Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas - ABRAFH;
- V) Defensoria Pública da União.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem trilhado um caminho de transformações significativas em sua história recente no que diz respeito aos direitos civis e à igualdade. Um desses momentos emblemáticos foi o reconhecimento do casamento civil e das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal -STF. Essa decisão histórica, tomada em maio de 2011, representou um marco na luta pelos direitos da população LGBT no país.

Um dos principais benefícios trazidos pelo reconhecimento do casamento civil e das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo é a consolidação da igualdade de direitos. A partir dessa decisão, casais homoafetivos passaram a desfrutar dos mesmos direitos e responsabilidades que os casais heterossexuais perante a lei. Isso inclui questões como herança, previdência social, adoção de crianças e acesso a benefícios como o auxílio-doença e o seguro de vida, entre outros.

Além disso, o reconhecimento legal do casamento civil e das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo contribuiu para combater a discriminação e o preconceito. A decisão do STF serviu como um poderoso instrumento de conscientização da sociedade brasileira, promovendo a aceitação e a inclusão de indivíduos LGBT em todos os aspectos da vida social. Com o reconhecimento legal das uniões homoafetivas, os casais do mesmo sexo passaram a ter acesso a benefícios como planos de saúde e licença-paternidade, antes restritos a casais heterossexuais. Isso contribuiu para uma maior equidade nas relações de emprego e



demonstra o comprometimento do Brasil com os princípios de igualdade e não discriminação.

No entanto, apesar dos avanços significativos alcançados desde a decisão do STF, ainda há muito trabalho a ser feito. A audiência pública proporcionará uma oportunidade para discutir os desafios remanescentes, como a necessidade de combater a violência e a discriminação contra a população LGBT, além de abordar questões relacionadas à saúde mental e bem-estar dessa comunidade.

Face ao exposto e à urgência do tema, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a realização da presente audiência pública com a participação dos convidados supramencionados.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2023.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

